

Educomunicação Socioambiental no âmbito da Baía da Babitonga¹

Patricia Zimmermann²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo apresenta uma comunicação de pesquisa em nível de mestrado, denominada “Educomunicação Socioambiental: a mobilização cidadã no entorno da Baía da Babitonga”, que tem como objeto as ações de sensibilização e mobilização de temáticas socioambiental e cultural em educomunicação, promovidas pelo Projeto Babitonga Ativa (PBA). Tais ações, oferecidas para adultos, crianças e adolescentes de seis municípios de Santa Catarina ocorreram entre os anos de 2015 e 2018. Em nossa investigação participativa, buscaremos resgatar o marco legal que fundamenta a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) alinhando-o com as ações do PBA, evidenciando, assim a aderência e persistência da abordagem educacional como um referencial para as políticas públicas da Educação Ambiental no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação socioambiental; Baía da Babitonga, Meio Ambiente; Mobilização Cidadã, Políticas Públicas.

Introdução

Considero interessante, a título introdutório, apresentar um breve resumo da trajetória que nos levou à pesquisa de mestrado — realizada junto ao CCA-ECA/USP — a qual representa o cerne deste artigo.

Em 2010, cursávamos a Especialização em Comunicação em Santa Catarina³ investigando a inter-relação entre comunicação e educação, estive na ECA/USP para colher subsídios para minha monografia a qual tinha como objeto a então recém-implantada Licenciatura em Educomunicação naquela escola. Desde então nossa trajetória tem se direcionado para compreender como a Educomunicação contribui para integrar os âmbitos da Educação Formal, Não Formal e Informal dentro da temática socioambiental. Importante elucidar que a concepção que temos da educação, a partir de Gohn (2011), parte do suposto que a educação propriamente dita é um conjunto que inclui

¹ Trabalho apresentado no GP Educação e Comunicação para XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação, área de concentração: interfaces sociais da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

³ Pós Graduação em Gestão da Comunicação Empresarial, com formação para Magistério Superior da Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI/SC

a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada –, a educação informal – que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nasce, pela religião, por meio do pertencimento, região, território, classe social– e a não formal tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas. A não formal entendida aqui como saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências com participação social, cultural ou política em processos de aprendizagens, como em projetos sociais, movimentos sociais entre outros.

A partir de 2011 iniciei e coordenei um projeto de oficinas de técnicas radiofônicas para jovens de Joinville, cuja perspectiva eram as práticas educomunicativas e foco no desenvolvimento de políticas públicas na área de comunicação e formação em cultura e suas produções abordavam temáticas como: pluralidade étnico-racial, justiça social e ambiental, saúde, gênero, cidadania e consumo. Em 2014 a convite da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ministrei palestra sobre o assunto em Florianópolis, onde tive a oportunidade de aproximar e conhecer o trabalho de um grupo muito especial o qual tornou-se mais tarde, articulador do Projeto Babitonga Ativa. Esta proximidade e o alinhamento de objetivos com este grupo, justifica a escolha de nosso objeto de investigação. Este poderia ser definido como o fruto do trabalho daquele grupo, que propõe mudanças na forma de ensinar e comunicar as questões a respeito da sustentabilidade ambiental a partir da Educomunicação. Ainda na fase intermediária de nossa investigação, apresentamos aqui, um pequeno recorte deste estudo de caso em seus direcionamentos que serão aprofundados até agosto de 2019.

O artigo aqui apresentado se organiza em três seções principais, sendo a primeira delas, uma apresentação da Educomunicação Socioambiental como um conceito que permeou e sustentou as diretrizes das políticas públicas envolvendo a Educação Ambiental propostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) ainda na primeira metade da década de 2000. A segunda seção deste texto consistirá num breve descritivo sobre a Baía de Babitonga — lócus no qual teve lugar nossa investigação participante — apontando o acidente ecológico ali ocorrido em 2008 como a razão imperativa para a realização do PBA. A terceira e última seção apontará as características específicas do conjunto de ações do PBA, as quais nos levam a defender que se tratam da concretização dos preceitos da Educomunicação Socioambiental a qual teria ganho, na última década, o *status* de uma política pública efetiva. Ao final, nossas considerações proporcionarão

um vislumbre, ainda que parcial e limitado (já que se trata de uma pesquisa ainda em curso) das perspectivas que podem emergir de nossa dissertação no que tange às discussões epistemológicas sobre as interfaces sociais da educomunicação, bem como das contribuições práticas para a atuação dos educadores.

Aporte metodológico

Nossa abordagem metodológica, caracterizada como um estudo de caso, está dividida em dois momentos, sendo que o primeiro deles corresponde ao levantamento documental de orientações e textos legais pertinentes à fase de construção da PNEA. Nesta fase específica, pretendemos demonstrar a decisiva contribuição dos pressupostos educacionais para o delineamento daquelas que viriam a ser as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental⁴.

Para o desenvolvimento da investigação participante propriamente dita, optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica utilizando técnicas de coleta, tais como a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas, tanto com os gestores e educadores, quanto com os sujeitos considerados beneficiários diretos das ações do PBA.

1. Políticas Públicas para a Educação Ambiental no Brasil

A Educação Ambiental surge como política pública no Brasil com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 1981), no contexto da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (1977) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, (Lei 9.795 / 1999). Tal lei estabelece que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No Brasil a Educação ambiental está inserida nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e está declarada em seu Art. 2º (MEC, 2013) como:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando

⁴ Para a implementação da Lei 9795/99, o referencial pedagógico da Educomunicação serviu para sistematizar as ações em Educação Ambiental.

potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

São princípios básicos da Educação Ambiental conforme o documento legítimo explicita e transcrevemos a seguir:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Até aqui, chamamos a atenção para o fato de que, mesmo tendo sido prevista no início dos anos 1980, a necessidade de uma política pública nacional voltada para a

educação ambiental, só se efetivaria em meados dos anos 2000, ao que podemos afirmar, mercê de contribuições decisivas proporcionadas pela Educomunicação⁵.

1.2 A PNEA

A Política Nacional de Educação ambiental- PNEA, define que um de seus instrumentos de ação é o Programa Nacional de Educação Ambiental- ProNEA.

O ProNEA tem como objetivo assegurar, no âmbito educativo, a integração de várias dimensões da sustentabilidade como definido no site do Ministério do Meio Ambiente, MMA (2018):

ProNEA visa assegurar as dimensões: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo.

Nesse sentido, assume também as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: (1) Transversalidade, (2) Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA, (3) Sustentabilidade e (4) Participação e controle social.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do SISNAMA, por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. Dentro das estruturas institucionais do Ministério do Meio Ambiente- MMA e do Ministério da Educação- MEC, o ProNEA compartilha da descentralização de suas diretrizes para a implementação da PNEA, no sentido de consolidar a sua ação no SISNAMA. O Departamento de Educação Ambiental compartilha as quatro diretrizes traçadas pelo Ministério do Meio Ambiente de tornar transversal a perspectiva de estímulo e apoio à construção de sociedades sustentáveis, promovendo controle e a participação social em todos os setores da sociedade brasileira por meio do fortalecimento do SISNAMA. O Departamento assume também o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que consiste numa referência de planejamento e implementação de ações em educação ambiental para instituições governamentais e não governamentais brasileiras.

⁵ A Educomunicação Socioambiental corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental que, na perspectiva do ProNEA, está presente como competência em conteúdos de educadores e educadoras ambientais, bem como de todos os canais e atores da comunicação social do país.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do (SISNAMA), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. Nesse contexto, planeja, executa e avalia políticas públicas orientadas ao enraizamento da educação ambiental para mudanças culturais em todo o país, à potencialização de atores locais como educadores ambientais e ao exercício cotidiano de coerência entre o que se propõe e o que se faz, implementando três linhas de ação: (1) Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no País; (2) Formação de Educadoras e Educadores Ambientais; (3) Comunicação para Educação Ambiental.

Com a comunicação, o Departamento busca dar visibilidade pública à temática da sustentabilidade, contribuindo para a educação ambiental do público em geral e subsidiando a sociedade, o poder público e os educadores ambientais para o desenvolvimento de programas e projetos.

A comunicação atua por meio de produção, gestão, disponibilização e veiculação de informações no campo da educação ambiental, de forma interativa e dinâmica, estimulando a participação e o controle social.

O Departamento de Educação Ambiental desenvolve as três linhas de ação articulando e integrando as Secretarias do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a Agência Nacional de Águas e o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O Departamento é responsável pela gestão da Política Nacional de Educação Ambiental e pela implantação do ProNEA alinhado com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério de Educação, para alcançar esse objetivo utiliza como estratégia de ação o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA) desenvolvido em parceria entre o governo e a sociedade.

O ProNEA insere como uma de suas linhas de ação, a “Comunicação para a Educação Ambiental” e a descreve como: “produzir, gerir e disponibilizar, de forma interativa e dinâmica, as informações relativas à Educação Ambiental”.

Em 2004 ocorreu em Brasília a I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental, promovida pela DEA/MMA. As discussões e encaminhamentos desta Oficina apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação ambiental na perspectiva da Educomunicação. Os princípios, objetivos e ações do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental correspondem, em grande parte, às

recomendações do coletivo desta oficina. Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2008) no que diz respeito a Educomunicação, no texto que direciona as estratégias para implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), está declarado que:

A Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que cuida da articulação de ações comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdo e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade.

Desta forma o Ministério declara as diretrizes que buscam articular estratégias de ações em comunicação ambiental afirmando em seu site, <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educucomunicacao> (MMA, 2018), que:

A Educomunicação Ambiental ou Socioambiental é uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos. Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo.

A Educomunicação é um campo teórico-prático que propõe a construção de ecossistemas comunicativos - lugar ou lugares de redes complexas de saberes onde os atores são múltiplos abertos, dialógicos, lúdicos e criativos. É o encontro da educação com a comunicação, multimídia, colaborativa e interdisciplinar. Trata-se de um campo de intervenção social que nasce na sociedade civil, consolidando-se ao longo dos anos 1970/1980, especialmente na prática das ONGs que passaram a usar os meios de comunicação para articular atividades educativas voltadas para a promoção da cidadania.

A Educomunicação foi referendada por muitos agentes culturais, sob os auspícios da Unesco, a partir dos anos 1980, para designar uma prática genericamente definida na Europa como Media Education (educação para a recepção crítica dos meios de comunicação) (Soares, 2011 p.33). Já nos anos 1990, a necessidade de adaptação da escola em relação a tendência da inserção dos meios de comunicação para a condução de práticas educativas voltadas para as tecnologias, apresenta novas possibilidades por meio do rádio e da TV e, mais tarde, através da internet.

A partir desse cenário educacional, deve-se destacar a importância da educomunicação socioambiental que não se limita à preservação do meio ambiente, mas incorpora os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos além de reconhecê-la como

uma temática a ser inserida no currículo da educação formal de modo diferenciado numa abordagem integral, com o estabelecimento de discussões e análises mais amplas sobretudo, como elemento que difunde um processo de desenvolvimento para sustentabilidade e tem como ponto de partida a conscientização da sociedade a partir do desenvolvimento da criticidade.

Deste ponto em diante, relataremos nossas vivências investigando o PBA, com ênfase na caracterização do espaço geográfico das ações e de um recorte histórico descrevendo a razão principal para o surgimento do projeto.

2. A Baía da Babitonga.

O território brasileiro contém cerca de 12% de toda a água doce do planeta. É um enorme potencial hídrico, capaz de prover um volume de água por pessoa 19 vezes superior ao mínimo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) – de 1.700 m³/s por habitante por ano.

Ao todo, são 200 mil micro bacias espalhadas em 12 regiões hidrográficas, como as bacias do São Francisco, do Paraná e a Amazônica (a mais extensa do mundo e 60% dela localizada no Brasil). Uma dessas bacias, a do Paraná, abriga o chamado complexo estuarino da baía da Babitonga e localiza-se entre as latitudes 26° 07' e 26° 27' sul, caracterizando-se por ser o maior complexo estuarino do Estado de Santa Catarina e por preservar a maior área de manguezal do território catarinense. (Diagnóstico socioambiental do ecossistema Babitonga 2 eds. 2017)

A baía da Babitonga, com uma superfície de 1.567 km², drena terrenos de seis municípios que a circundam: Garuva, Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul. Às margens da baía, principalmente a norte, existem resquícios importantes da mata Atlântica. O ecossistema Babitonga detém um conjunto de características que a destacam como área prioritária a ser integrada de forma efetiva ao Plano de Gerenciamento Costeiro para o estado de Santa Catarina (GERCO/SC).

A região é rodeada por importantes remanescentes de Mata Atlântica e abriga cerca de 80% dos manguezais catarinenses. A baía é habitat para uma rica biodiversidade, com espécies importantes para atividade pesqueira e ameaçadas de extinção, como o Boto-Cinza (*Sotalia guianensis*), a Toninha (*Pontoporia blainvillei*), os peixes Mero (*Epinephelus itajara*) e Garoupa (*Epinephelus marginatus*) e o pássaro Guará Vermelho (*Eudocimus ruber*). Sua riqueza diz respeito também ao patrimônio cultural,

especialmente na região de São Francisco do Sul, cidade referência cultural, reconhecido desde o fim dos anos 1980, quando houve o tombamento de parte importante do Centro Histórico da cidade, bem como as ações diretas relacionadas com o patrimônio arqueológico. Além disso, a baía concentra dois grandes terminais portuários com relevante importância socioeconômica para a região.

Segundo o Diagnóstico Socioambiental do Ecossistema Babitonga⁶, há 27 comunidades de pescadores artesanais na Baía Babitonga: 15 em São Francisco do Sul, uma em Araquari, cinco em Joinville, três em Itapoá, duas em Garuva e uma em Balneário Barra do Sul.

2.1. Um acidente ambiental

No ano de 2008 um grave acidente ambiental ocorreu na região da Baía da Babitonga e consistiu no adernamento de um comboio marítimo/barcaça da Companhia de Navegação Norsul, no canal de acesso da Baía Babitonga, trazendo uma situação de extremo alarme. Segundo o relatório de investigação do acidente (Marinha do Brasil) a barcaça carregava 340 bobinas de aço, totalizando quase 10 mil toneladas do material, além de 90 mil litros de óleos pesados, 13,8 mil litros de óleo diesel, 13,3 mil litros de óleos lubrificantes, entre outros líquidos. Ao total, 116,5 mil litros foram derramados no mar, sendo que apenas 7,9 mil litros foram recolhidos. O órgão, por meio da Gerência de Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas, classificou o acidente como “dano ambiental muito grave”, devido “ao volume de óleo derramado, o atingimento de praias na região, a existência de espécies ameaçadas, ao fato de o local ser considerado de grande importância ambiental e diante das ações tardias de contenção dos danos” (Marinha do Brasil/Diretoria de Portos e Costas – Emborcamento do Comboio “Norsul 12” e “Norsul Vitória”).

O acidente e seus danos impuseram multas às empresas responsáveis pelo comboio marítimo, levando o Ministério Público, a abrir um edital para a seleção de projetos. O Edital Público lançado em 15 de outubro de 2014 pelo MPF, por meio da Procuradoria da República no município de Joinville, selecionou nove projetos ambientais para desenvolverem ações, visando melhor conhecer, monitorar e proteger a

⁶ Documento técnico elaborado por uma equipe de mais de 50 cientistas, em parceria com a equipe do Projeto Babitonga Ativa, que avalia a literatura científica disponível sobre aspectos ecológicos da Babitonga, e fornece insumos para a gestão ambiental pública desta região e faz parte do material que é a base técnica para a atuação do Grupo Pró-Babitonga.

região de novos e significativos impactos negativos, apoiando-os com recursos financeiros provenientes do termo de ajuste de conduta decorrente deste dano ambiental muito grave conforme: (Ação Civil Pública nº 2008.72.01.000630-2 - 6ª Vara Federal em termo de ajustamento de conduta originado de multa ambiental).

O Projeto Babitonga Ativa foi um dos contemplados no Edital e tornou-se uma ação de desenvolvimento sustentável através de suas significativas ações.

3. Projeto Babitonga Ativa: mediação para a cidadania

As práticas de participação social na gestão pública se ampliaram e buscaram para o país um espaço de inovação democrática, a partir da experimentação de diversas formas de diálogo entre Estado e sociedade. Neste aspecto Jacobi, (2003, p. 194) elucida que:

A partir de 1987, a divulgação do Relatório Brundtlandt, também conhecido como “Nosso futuro comum”, defende a ideia do “desenvolvimento sustentável” indicando um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento. Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos.

O Projeto Babitonga Ativa, executado pela Universidade da Região de Joinville (Univille), por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, caracteriza-se como forte exemplo dessa nova postura ética a respeito das relações entre o homem e a natureza para a preservação do meio ambiente. As atividades do projeto se concentram nos limites de abrangência estabelecidos pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, que contemplam importantes ecossistemas como manguezais e restinga. Com recursos do referido edital, desde junho de 2015, o Projeto Babitonga Ativa (PBA) em parceria com mais de 50 organizações dos segmentos público, socioambiental e socioeconômico trabalharam para a criação do Grupo Pró-Babitonga (GPB). Eleito em maio de 2017, o GPB conta com 26 organizações que compartilham a grande responsabilidade de fortalecer a gestão socioambiental no Ecossistema Babitonga.

Entre 2015 e 2018, o Projeto Babitonga Ativa investiu recursos na formação de um grupo multissetorial de Gestão Ambiental Pública da Baía Babitonga consolidando uma Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE), que foi totalmente elaborada na perspectiva educacional, envolvendo as comunidades dos seis municípios que compõem a Baía. Neste aspecto caracteriza-se como um grande esforço de construção

de redes de ecocidadania, buscando criar espaços e suporte para a autonomia e protagonismo de lideranças comunitárias e das comunidades escolares.

Assim, a mobilização social é um pilar estruturador do projeto e possui ações específicas que apoiam a criação e manutenção do Grupo Pró-Babitonga entre elas o que nos interessa em maior parte é o documento que direciona tais estratégias chamado de: Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE) pois contempla: (1) a Formação Continuada em Ecocidadania; (2) Palestras e oficinas socioambientais e culturais; (3) Colaboração com eventos socioambientais e culturais; (4) Saraus para a expressão artística; (5) Seminário Regional Juvenil; (6) Festival Regional Multicultural; (7) Reuniões técnicas e políticas para formação do Grupo Pró-Babitonga e (8) Articulação com representantes e lideranças locais, setoriais e regionais do território. A educação ambiental aponta para uma solução: a conscientização ambiental e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza, buscando alternativas possíveis para uma relação diferente de todas as anteriores: mais sustentável, equilibrada e duradoura. As consequências de nossas ações sobre a natureza são cada vez mais reais. Cabe a nós fazer o melhor que pudermos para reverter o quadro atual, construindo as bases de uma sociedade mais solidária e de uma relação com a natureza mais sustentável. É no contexto da educação ambiental que Loureiro (2004) define que:

"Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no "ambiente" e na "natureza" categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação "ambiental" se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões "esquecidas" historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção."

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Esta atividade abrange vários aspectos: social, ambiental, cultural, econômico, todos interligados. Para sua implementação conta com uma série de políticas, estratégias e programas. É importante que o conceito seja difundido em empresas, escolas, comunidades. Multiplicar os bons exemplos ajuda a desmistificar a ideia de que não há saída. Neste aspecto Morin (2015 p.130) chama atenção para importância do ensino da ciência ecológica:

A ciência ecológica é exemplar para o aprendizado do conhecimento sistêmico, isso porque sua base é a noção de ecossistema, que envolve um conhecimento transdisciplinar, mobilizando conhecimentos da Geografia, da Geologia, do Clima, da Física, da Bacteriologia, da Botânica, da Zoologia, cada vez mais, das Ciências Humanas, uma vez que foi desde os desenvolvimentos da agricultura e, depois, dos desenvolvimentos massivos da indústria que as atividades humanas modificaram e perturbaram os ecossistemas, e mais amplamente a biosfera.

Considerando-se que a Educação Ambiental ao utilizar-se das práxis educacionais para direcionar suas estratégias de atuação como um dos elementos fundamentais de gestão ambiental, políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável é possível construir um pensamento socioambiental nos cidadãos. Um dos exemplos dessa práxis é o que encontramos declarado nos documentos do Projeto Babitonga Ativa:

O PBA possui o compromisso de facilitar a construção participativa de uma Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE). Esta agenda buscou promover a integração entre arte, ciência, cidadania e meio ambiente a fim de estimular e valorizar o patrimônio cultural imaterial no território.

Para compreender as estratégias escolhidas para compor a AIE pelo PBA é necessário refletir a respeito da origem da Educomunicação no contexto das estratégias de ação em Educação Ambiental que iniciou na Rio 92, com a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, colocando princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade.

O conceito da educomunicação propõe a quebra da hierarquia na distribuição do saber, justamente pelo reconhecimento de que “todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar (SOARES, 2007, p. 11)”.

Além da AIE o Projeto Babitonga Ativa mantém em seu escopo de trabalho um Plano de Comunicação, que possibilita o acesso e desenvolve visão crítica do cidadão sobre informações socioambientais e de planejamento territorial por meio da publicação de estudos, pesquisas e notícias sobre o Ecossistema Babitonga em meios eletrônicos, impressos e audiovisuais. Todas as ações do projeto foram elaboradas na perspectiva educacional levando em conta as pressupostas da Educomunicação considerando os ecossistemas comunicativos num contexto de mobilização ecocidadã.

Para alcançar seus objetivos, o projeto Babitonga Ativa contempla a elaboração de diagnósticos integrados sobre a saúde do ecossistema, dentre os quais: diagnóstico fundiário, socioeconômico e ambiental, reunião de informações e estudos sobre a ocupação territorial, além da identificação dos desafios e oportunidades socioeconômicas e ambientais encontradas no litoral norte catarinense. Neste contexto o uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

A forma de atuação do PBA no que diz respeito às ações voltadas ao planejamento estratégico, contribuem para que o cidadão tenha oportunidades de organizar e construir o tipo de desenvolvimento que deseja para a região onde vive. Nesse aspecto vale considerar que esta forma de atuação difere do modo que outras iniciativas tem atuado para implementar ações de Ecocidadania em distintas regiões que sofrem com problemas ambientais no território brasileiro.

Poderíamos imaginar até aqui que trata-se de um novo sistema de gestão com base ecossistêmicas a partir de diagnósticos dos cenários que se apresentam, e caracterizam-se como sendo o diferencial do projeto, em comparação com outras experiências citados em trabalhos acadêmicos como nossa investigação ainda não comprovou, mas identificou. Como exemplo citamos a pesquisa sobre a gestão participativa da APA (Área de preservação) da Serra da Mantiqueira, concluindo como ponto fraco da atuação e destacada pela pesquisadora, Menezes (2015):

Com base nos resultados obtidos verificou-se, na instância reuniões do Conselho da APA, que o processo de comunicação tem falhas internas na gestão, formato e compartilhamento de informações. Embora a execução de reuniões, diagnósticos participativos para a elaboração do Plano de Manejo da APA da Serra da Mantiqueira seja um aspecto positivo, alguns desafios precisam ser superados. Aponta a necessidade de elaborar um documento-síntese de trabalhos realizados com a comunidade, em especial o diagnóstico do plano de manejo, em linguagem acessível, e encaminhar aos moradores locais.

No projeto de Santa Catarina o modelo escolhido de atuação contempla um processo que busca a integração de instrumentos, trabalha na escala biogeográfica da Baía da Babitonga buscando um processo de transformação efetivo e continuo integrando os atores conforme as demandas que se apresentam. Conhecendo melhor a crise ambiental

que ameaça a sobrevivência de todas as espécies vivas, inclusive a dos seres humanos, as pessoas provavelmente irão interferir de forma diferente no meio ambiente.

Conclusões

Partimos da hipótese que quando o sujeito tem acesso as informações e se sentindo parte de problemas que ocorrem em seu território e tendo oportunidade de refletir criticamente a respeito, é possível que possa integrar ações que sejam incorporadas não só pontualmente, como também, adotar práticas que contribuam para uma vivencia mais equilibrada com o meio ambiente. O desequilíbrio social e ambiental é sim, motivo de preocupação no Brasil. A educação ambiental precisa ocorrer de forma transdisciplinar levando em conta o sócio e desenvolvendo a capacidade de o indivíduo discernir questões que passam pela cultura, politica, saúde e todas as interfaces que compõe tal “sócio” não podendo se restringir ao ambiente como algo distanciado do outro.

Cerca de quatro anos se passaram desde a abertura do edital do termo de ajuste de conduta para apoio a projetos socioambientais no Ecosistema Babitonga, com recursos financeiros provenientes da multa por derramamento de óleo e neste período o Projeto Babitonga Ativa produziu uma série de documentos técnicos. Este material está disponível e se configura como uma importante fonte de pesquisas e de informações para a gestão do Ecosistema Babitonga.

REFERÊNCIAS

Agenda 21: resumo. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil - São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; 1993.

BRASIL. MMA, **Encontros e Caminhos, formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Rev. Bras. Educ., Ago 2011, vol.16, no.47, p.333-361. ISSN 1413-2478

JACOBI, Pedro & FERREIRA. Lúcia da Costa (orgs). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil.** São Paulo: ANPPAS e Annablume, 2006.

MORIN, Edgar. **Ensinar a Viver: Manifesto para mudar a educação.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira, **Educomunicação: o Conceito, o Profissional, a Aplicação.** São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

SORRENTINO, Marcos. **"Educação Ambiental, Participação e Organizações Ambientalistas"**. In: A Terra Gasta, A Questão do Meio Ambiente. São Paulo: EDUC/RAZÃO SOCIAL. 1992.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora**. In: Layrargues, P. P. (Coord.) Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MENESES, Débora. **Comunicação e mobilização na gestão participativa de unidades de conservação: o caso da APA da serra da mantiqueira**. São Paulo, 2015

RODRIGUES, Ana Maria Torres. **Diagnóstico sócio - econômico e a percepção ambiental das comunidades de pescadores artesanais do entorno da baía da babitonga (sc): um subsídio ao gerenciamento costeiro**. Santa Catarina: Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (ibama), 2013.

SITES

Babitonga Ativa. **Diagnóstico Socioambiental do Ecossistema Babitonga**. 2.ed .Joinville, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jC3R8SfNreb4KbDg8mHEauLkR0t-Etep/view>. Acesso em: 17 de junho de 2018, 14:00.

Departamento de Comunicações e Artes. Disponível em: www.cca.eca.usp.br. Acesso em: 09 de março de 2018, 15:45.

Licenciatura em Educomunicação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/educom>. Acesso em 18 de junho de 2017, 13:00.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 18 de junho de 2017, 13:00.

Pró-reitoria de Ensino da Universidade da Região de Joinville. **Projeto Babitonga Ativa**. Disponível em: <http://www.univille.edu.br/pt-br/institucional/proreitorias/proen/index/597182>. Acesso em: 20 de novembro de 2017, 13:00.

Recursos Hídricos. Política Nacional. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos>. Acesso em: abril de 2018.

UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em: 10 de junho de 2018, 15:00.